

Globalização e vida operária: Notas sobre o estudo com trabalhadores da ThyssenKrupp em Santa Luzia e Ibirité – (MG)

Paulo Roberto de Almeida

O trabalho tem como tema as experiências dos operários da ThyssenKrupp face a transformação desta empresa em transnacional. Desde os anos 1990, a ThyssenKrupp vem redefinindo sua presença no setor industrial metalúrgico a partir da expansão de suas atividades através de fusões e compras de outras empresas do ramo. Tal processo tem provocado importantes desdobramentos nas vidas de milhares de operários, uma vez que esta transnacionalização tem sido operada por meio de deslocamentos de plantas produtivas, do fechamento de fábricas e da reconfiguração das relações de trabalho. Embora a ThyssenKrupp interprete este processo histórico a sua maneira, construindo significados que enaltecem seu próprio crescimento como uma virtude social apropriada e aproveitada por todos, há outras histórias e memórias produzidas pelos operários que oferecem um enredo alternativo sobre esta realidade. Nesta perspectiva que pretendemos analisar, a transnacionalização da ThyssenKrupp tem sido vivida como uma dramática experiência social de migração, redefinição profissional ou desocupação dos antigos operários, associada à formação de novos grupos de trabalhadores recém ocupados pela expansão da empresa. Orientamo-nos principalmente, por questões que tentarão sondar como eles vivenciaram e vivenciam esse processo de mudanças as exigências por novas qualificações e habilidades laborais, os novos padrões nas relações de produção e o modo de vida correspondente a este contexto histórico

O tema da globalização com especial atenção para as mudanças nas relações de trabalho ocorridas nessas últimas três décadas tornaram-se tema recorrente das Ciências Humanas e Sociais, e uma vasta literatura foi (e continua sendo) produzida com a finalidade de definir e explicar o significado de tais transformações. Entre os principais aspectos acentuados nesses estudos podemos relacionar a intensificação do trabalho (LA GARZA, 2001), a transnacionalização do capital e suas repercussões sobre as organizações dos trabalhadores (BERNARDO, 2000), o aumento da informalidade e da precarização do trabalho (ALVES, 2000), as novas formas de relação e de contratação do trabalho (MARTINS e RAMALHO, 1994), enfim, questões relevantes que tem ocupado de maneira sistemática a atenção acadêmica. Contudo, embora haja nítida diversidade nos assuntos tratados, tais estudos fixaram-se bem mais nas alterações ocorridas nos processos de trabalho do que nos próprios trabalhadores que vivenciaram (e vivenciam) tais transformações. Um dos resultados produzidos por este tipo de abordagem reside na naturalização do que se tem denominado por globalização, fazendo-o representar um conjunto coerente de alterações técnicas e tecnológicas do trabalho, das ocupações e das relações de produção. E embora algum esforço tenha sido feito para identificar e explicar o impacto e o alcance dessas transformações na vida dos trabalhadores, pouco foi feito efetivamente para discutir o sentido de tais mudanças para os trabalhadores

Nessa perspectiva, a relação entre “memórias e globalização” pode desvendar processos poucos perceptíveis diante das leituras que salientam mais as mudanças que a percepção dos trabalhadores. Assim, é preciso reconhecer que o termo globalização, como tantos outros, possui muitos sentidos. A forma como o usamos está ligada a valores e/ou interesses que nos informam sobre as dimensões do social que estão sendo analisadas e do lugar de quem analisa nesse processo. Nessa abordagem, o termo se transforma em uma questão de investigação que ultrapassa, em muito, a procura de sinônimos no dicionário, por suas limitações e por não levar em conta aquilo que, para nós historiadores, é fundamental: a historicidade das palavras. No dicionário elas estão congeladas, como se seus significados atravessassem o tempo e esse não fosse indicativo de mudanças sociais. No máximo, esse tempo é abordado em séculos, sem levar em conta a dinâmica social, as relações complexas entre pessoas e grupos, que transformam os significados das palavras em problemas a serem

enfrentados. Em outros termos, as palavras não são neutras ou impessoais, assim como a chamada verdade histórica também não o é.

Em uma acepção a-histórica, globalização nos remete às noções de totalização, à idéia de “aldeia global”. Nessa definição, o social como espaço das diferenças e das contradições desaparece, dando lugar a um processo homogêneo que se elege como sujeito da própria transformação.

A literatura especializada, nos escritos de economistas, cientistas sociais, sociólogos e outros, é um lugar onde diferentes interpretações sobre globalização podem ser encontradas. O que é importante é que elas se transformem em focos de reflexões, buscando compreender como expressam posições políticas de seus diversos autores, muitas vezes compactuando com interesses de empresas transnacionais.

Distinguindo globalização de internacionalização do capital, Hirst e Thompson (1980) consideram a primeira um mito. Ao analisarem o movimento da economia, argumentando que “bem longe de dissolver diferentes economias nacionais nos principais países industrializados avançados ou de evitar o desenvolvimento de novas formas de governabilidade econômica nos níveis nacional e internacional”, indicam que a noção de globalização aponta para uma paralisação das economias nacionais diante de um movimento que é apresentado como irreversível. Isto justificaria a adoção de políticas econômicas nos países em desenvolvimento favoráveis ao capital internacional.

A noção de mito desses autores é apoiada em algumas premissas: a internacionalização do capital não é um fenômeno novo, mas existe pelo menos desde o século XIX; todas as empresas hoje têm uma base nacional, comercializam multinacionalmente e parece não haver tendência de crescimento de empresas realmente internacionais; o Terceiro Mundo continua marginalizado tanto em investimentos como em comércio; os mercados não estão fora do da regulamentação e do controle, limitados pelos interesses das grandes potências. Embora o cerne da análise esteja concentrado na economia internacional, em comércio, investimentos, corporações multinacionais e desigualdade, os autores chamam a atenção para os efeitos nocivos da chamada “nova economia global altamente internacionalizada”, idéia com a qual não compactuam (1998, p.338):

Ela tem sido usada para dizer aos trabalhadores e aos pobres que devem aceitar o que lhes restar, quando suas vidas e esperanças forem sacrificadas no altar da competitividade internacional. Felizmente a história na verdade é muito diferente e nossas opções são muito maiores.

Tais reflexões nos levam a indagar quais os significados dessa expansão do capital, a partir dos anos de 1950, com a conseqüente desregulamentação dos mercados de trabalho e flexibilização das normas para investimentos transnacionais?

Nossa investigação volta-se para pensar o presente e questionar o que significa a ênfase dada por governos e empresas no extraordinário progresso da tecnologia que produz novos equipamentos e materiais. Não é avaliar a veracidade, ou não, das premissas levantadas pelos autores citados ou por outros. A insistência na valorização do progresso acaba por construir um discurso homogêneo, que se apresenta como verdadeiro e possível a todos, já que o mundo seria a tão falada “aldeia global”.

Esse mundo globalizado, no entanto, é também perversidade, como afirma Milton Santos (2007). Desemprego, pobreza, perda da qualidade de vida, mortalidade infantil, corrupção são componentes dessa globalização. Um contraste com a multiplicidade de bens e serviços oferecidos no processo capitalista contemporâneo. A interdependência globalizada e

a supremacia da técnica como sistema universal são criticadas pelo autor porque, nesta formulação, escondem-se outros lugares e outras racionalidades que mostram o mundo como heterogeneidade.

Advogando a necessidade de observarmos o que chama de “vida cotidiana”, marcada pela produção ilimitada de outras racionalidades e múltiplas temporalidades, Milton Santos (2007, p.158) coloca em questionamento o papel do intelectual:

Aqui, o papel dos intelectuais será, talvez, muito mais do que promover um simples combate às formas de ser da “nação ativa” – tarefa importante mas insuficiente, nas atuais circunstâncias –, devendo empenhar-se por mostrar, analiticamente, dentro do todo nacional, a vida sistêmica da nação passiva e suas manifestações de resistência a uma conquista indiscriminada e totalitária do espaço social pela chamada nação ativa. Tal visão renovada da realidade contraditória de cada fração do território deve ser oferecida à reflexão da sociedade em geral, tanto à sociedade organizada nas associações, sindicatos, igrejas, partidos como à sociedade desorganizada, que encontrarão nessa nova interpretação os elementos necessários para a postulação e o exercício de uma outra política, mais condizente com a busca do interesse social.

A “nação ativa” é aquela que “comparece eficazmente na contabilidade nacional e na contabilidade internacional, tem seu modelo conduzido pelas burguesias internacionais e pelas burguesias nacionais associadas”. Nesta nação está a alimentação da noção de progresso, riqueza e conformidade. A “nação passiva”, formada pela maior parte da população e da economia, elabora sua cultura, alicerce de uma política que também constrói relações com a primeira.

Entendemos que refletir sobre a complexidade da sociedade, nas suas múltiplas relações, é abordar a experiência social, não na acepção de “nações” como blocos fechados, mas reconhecendo a multiplicidade de sujeitos e agentes que, como já mencionamos, devem retornar em nossa produção como pessoas que experimentam suas situações e relações sociais como necessidades, interesses e antagonismos. Essa compreensão nos leva a trabalhar com memórias como linguagens em movimento, que expressam as experiências humanas. Os trabalhadores, sujeitos dessa pesquisa, interpretam o vivido por eles e explicitam os sentidos políticos dos sentimentos, dos valores e das expectativas que guardam nas lembranças e os fazem avaliar o que vivem e o que viveram.

Se de um lado concordamos com a complexidade do processo de globalização e das memórias produzidas pelos diversos sujeitos sociais inseridos nele, de outro, pensamos que, do ponto de vista dos historiadores, ele pode e deve ser abordado de forma modular, abrindo assim possibilidades de troca com outros pesquisadores de diversas nacionalidades que nutrem as mesmas preocupações e desenvolvem investigações na mesma direção.

Escolhemos como ponto de partida neste projeto a experiência dos trabalhadores da ThyssenKrupp, empresa de origem alemã, implantada no Brasil em 1957, e atualmente com 22 subsidiárias no país e com ramificações na Ásia, Américas e Europa. Estas subsidiárias, consolidadas a partir do final dos anos 1980, com incorporação de pequenas empresas nacionais, compra de estatais privatizadas e associação com consórcios proprietários de outras empresas também privatizadas na década de 90, empregando cento e oitenta mil trabalhadores, sendo nove mil trabalhadores no país.

Embora nosso objetivo seja trabalhar tais experiências no Brasil, a perspectiva global abre horizontes mais vastos. O estudo de caso de uma multinacional específica levanta as questões da circulação e controle do trabalho (trabalhadores do Brasil vão para o México para

organizar as fábricas, trabalhadores de Terni são convidados para ir para Alabama); máquinas (equipamentos do Brasil transferidos para o México, de Terni para a Índia); conhecimentos e informações (o processo de OGH do aço, desenvolvido e licenciado em Terni, é aplicado na Alemanha após ter sido fechado o processo de Terni).

Embora muito disso seja centralizado na parte superior do conglomerado (mas quanto a liderança superior realmente saberá? Quais são os processos decisórios?), a relação entre a multinacional e os Estados nacionais (os processos de privatização no Brasil e Itália, isenções fiscais enormes em Alabama e a chamada guerra fiscal entre as unidades da federação no Brasil para “atrair” investimentos...)

Entretanto, o que sabem os trabalhadores em cada local sobre o contexto global em que sua própria vida e seu trabalho podem ser conduzidos furtivamente para acordos, com estratégias elaboradas em locais distantes, por um poder que eles dificilmente podem controlar e verdadeiramente negociar? Quais são as diferentes estratégias de formação de classe em locais com uma longa história industrial versus locais que estão sendo recém-industrializados? Quais formas de relações de trabalho e organização sindical existiram em diferentes locais, como eles afetam unidade e solidariedade? Talvez possamos dizer aqui com com PORTELLI (2004) que na globalização os patrões são unificados enquanto os operários não se conhecem entre si e correm o risco de serem colocados em concorrência.

A escolha deste trabalho propôs a investigação em três localidades, em duas regiões diferentes, a unidade de Campo Limpo Paulista, local de implantação da empresa em 1957, a unidade de Santa Luzia na região metropolitana de Belo Horizonte, onde o grupo adquiriu a estatal Forja Acesita em 1998, e a unidade de Ibité também na região metropolitana de Belo Horizonte, onde foi construída uma planta com três empresas diferentes do mesmo grupo com finalidades e natureza distintas funcionando no mesmo local. Para esta comunicação escolhemos as localidades de Santa Luzia e Ibité – MG, por avaliarmos que são emblemáticas neste processo.

Vale dizer que esta não é uma ação isolada na própria região, com o deslocamento e ou fechamento de boa parte do parque industrial, quando a então KRUPP Campo Limpo Ltda, transferiu parte do seu maquinário e a conseqüente produção para o território Mexicano, anunciando assim o processo de fragmentação, que curiosamente seria chamada posteriormente de globalização.

Há aqui registros que precisam ser feitos porque apontam indícios importantes que incidem diretamente na vida dos trabalhadores, que podem contribuir para aprofundar reflexões sobre o novo cenário que se desenha nos anos 1990.

O primeiro deles vem justamente da organização dos trabalhadores. Em 1987, foi registrada uma greve geral na KRUPP Campo Limpo, que durou 6 dias com a presença dos trabalhadores no interior da fábrica, firmando aí uma tradição de organização já presente no Brasil nos anos 80, organização esta capaz de arrancar ganhos significativos para os trabalhadores.

O passo seguinte da empresa foi justamente a transferência de parte do maquinário e produção para o México, que vivia uma das maiores crises econômicas, com índices de desemprego avassaladores. Pode-se dizer, que novas estratégias de relacionamento com os trabalhadores viriam a tona, estratégias estas, que visavam o enfraquecimento do poder de negociação.

Contudo, a década de 1990 viria acompanhada de uma crise econômica, que atingiu grande parte das empresas do setor, o que permitiu a incorporação e ou compra por parte dos

grandes conglomerados, especialmente no setor de metalurgia, de empresas menores e/ou de perímetros “nacionais”.

Acresce a isto a sanha privatista que assolou o país, com a venda de grandes estatais siderúrgicas, Usiminas, Vale do Rio do Rio Doce, Siderúrgica de Volta Redonda, Acesita entre tantas que foram entregues a iniciativa privada, além de setores altamente lucrativos, como o setor de comunicação, energia, entre outros.

A Krupp participa diretamente neste processo, incorporando inúmeras empresas com diversas ramificações no país. A fusão com a Thyssen no final dos anos 1990 é parte da estratégia de atuação (FSP, 03/10/2000.):

As empresas Thyssen e Krupp se uniram em 1998 para ganhar força no mercado. Entretanto, o processo de fusão começou 15 anos antes, quando as companhias passaram a cooperar em segmentos selecionados. Ambos os grupos eram gigantes do setor siderúrgico alemão, com mais de um século de tradição: a Thyssen foi fundada em 1811 e a Krupp, em 1867.

Neste cenário, é que no mesmo ano é adquirida a Forja Acesita, metalúrgica estatal, instalada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), e iniciado um rápido processo de transformação com a produção dos mesmos componentes da planta de Campo Limpo Paulista, excessão feita a usinagem. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia - MG, à época da aquisição a Forja Acesita tinha cerca de mil trabalhadores e produzia seiscentas toneladas, hoje a mesma unidade tem cerca de seiscentos trabalhadores e produz pouco mais de três mil toneladas. De acordo com o sindicato, esta mudança baseou-se apenas na reengenharia da fábrica.

Registre-se aqui que havia na unidade uma forte tradição sindical, onde mais de oitenta por cento dos trabalhadores eram sindicalizados, o que gerou muito desconforto nos executivos da empresa. Este percentual ainda se mantém, mas de acordo com lideranças, hoje há uma forte tendência de enfraquecimento do sindicato, com a substituição dos operários mais antigos por outros mais jovens e com novas formas de relacionamento da empresa com seus funcionários.

Não podemos deixar de dizer que o processo de privatização já se configurou por si mesmo um momento traumático para os trabalhadores. De acordo com o sindicato dos metalúrgicos, à época da aquisição, a Forja Acesita contava com cerca de mil trabalhadores e produzia seiscentas toneladas de peças ao mês, hoje, na mesma unidade encontram-se cerca de seiscentos trabalhadores, produzindo pouco mais de três mil toneladas no mesmo período.

O processo de privatização indica-nos profundas mudanças e marcas que moldaram a sociedade brasileira, no período ora destacado, nos apresentando às construções de realidades, que, por um lado, criavam as sensações de falência da indústria estatal e dos trabalhos ali realizados. Por outro, mostravam a salvação: a compra pelo setor privado, entretanto, com novas regras de trabalho, salário e relações sindicais.

Essas mudanças criam experiências e consciências sociais que pesam significativamente nas relações e constituições de classe, tal como informamos. Em nossa pesquisa buscamos, através de fontes orais, as memórias produzidas e reconstituídas pelos narradores, a partir dessas transformações, em busca das explicações para tais processos históricos.

Assim, percebemos que o “novo” surgido pelo viés da privatização, interligado às dinâmicas para aceitação das “outras regras”, nasce das cinzas de um processo artificial de deterioração do trabalho e da valoração dos trabalhadores.

Danilo de Almeida sindicalista, em diversas entrevistas mostrou-nos o orgulho em trabalhar como metalúrgico; “sempre fui metalúrgico”, disse-nos em algumas ocasiões. Em entrevista narrou-nos sobre as mudanças ocorridas em momentos eminentemente anteriores à privatização da Acesita. De acordo com ele:

[...] (Nós tínhamos de chegar ao ponto de fazer aqui numa prensa aqui...) de desvio uma empresa que era considerada, era considerada na época, e é até hoje considerado, os “melhores forjados”!! Que pela tradição..., que faziam com amor, que tinha que fazer os negócios, fazer as peças. Era considerada uma das melhores forjarias que se tinha; chega de repente “não tem peça. Ah! Não tem peça assim, assim e assim, ah, não tem!” Tá ruim de vender! Alguém parou de por o vendedor na rua... O que acontece? Começou a fabricar até frigideira, marreta, marretinha, desse tamanho assim, quer dizer, marretinha de dez quilos, que dez... o que!(?) De cinco, de dois quilos!! Quer dizer: isso é para empresa fundo de quintal; não é pra empresa duma envergadura da Forja Acesita. Não pode ser né e... Fizeram isso até... E isso realmente sensibiliza todo trabalhador, ali não vai dar nada!

Vale notar às referências: “melhores forjados”, “feito com amor” e “sensibilização de todo trabalhador”, elas indicam, ao mesmo tempo e com mesma intensidade, um processo de desconstrução da empresa estatal, do trabalho e “dos trabalhadores”, que passaram a fabricar frigideiras e marretas, ou seja, produtos de “fundo de quintal”.

De acordo com o sindicato, a mudança quantitativa, do que se produzia “seriamente” na Forja Acesita e na Empresa privada que hoje a detém, baseou-se na reengenharia da fábrica. Interessante notar, essa “reengenharia” preservou significativamente as mesmas máquinas, utilizadas na Forja, entretanto, as metas a serem alcançadas, as formulações de equipes em “células de produção”, a indicação de uma liderança de equipe (indicada entre operários que realizam atividades idênticas em uma mesma “célula”), a qualificação de novos operários feitos pela própria empresa, a contratação por projetos (incluindo temporários), a meritocracia produtiva e a individualização do aumento no contracheque, trouxeram significativas atualizações para o trabalho e para os trabalhadores.

Percebe-se também uma mudança na própria produção onde a própria iniciativa privada me parece deixou de comprar os produtos da forjaria para que obrigasse a forjaria primeiro a não ter a quem vender e segundo não ter o que vender. Aos trabalhadores, por exemplo, dizem que passaram da produção de peças sofisticadas à produção de frigideira que para nós é considerado produção de fundo de quintal. Mas, esse é um dos lados da privatização o primeiro essa desmoralização dos trabalhadores e segundo, e que a multinacional, a globalização, ela não quer ter nenhum tipo de controle, ela não quer sequer submeter às leis do Estado nacional, muito menos de controle democrático. Mas isso precisava deixar claro pra sociedade como funcionaria, então primeiro a privatização ela veio pra acabar com esse tipo de tradição operária, tinha que acabar! Por quê? Porque no fundo, no Brasil o operário da empresa estatal ele era um padrão para os outros operários da iniciativa privada a luta na verdade era pra se chegar aquele padrão, então tinha a necessidade de fazer desaparecer com esse padrão, segundo essa idéia de que a multinacional agora ela não quer ter fronteiras, não quer ter nenhum controle, e aí eles sofisticam essa linguagem entre nós de flexibilização. A legislação precisa ser flexibilizada, e eles estão encontrando, pelo que nós estamos percebendo é... nos projetos da ThyssenKrupp no Brasil, eles tão encontrando situações “legais” para fazer valer essa idéia de que não precisa ter nenhum controle. Eles tão individualizando as relações com os próprios trabalhadores. E matando qualquer forma de organização quebrando aquela tradição. Essa individualidade, dando inclusive uma formação individualista a esses trabalhadores

Diferentemente, a planta de Ibirité, na mesma região metropolitana, foi projetada e criada pela própria empresa, já imprimindo no seu nascedouro novas formas de relacionamento, inclusive na própria montagem, com três unidades diferenciadas funcionando no mesmo local. Ali encontramos nos registros sindicais menos de dez por cento dos trabalhadores filiados, o que pode indicar transformações radicais nas relações de trabalho.

No começo da minha atuação lá na ThyssenKrupp. Eu não posso falar por outros, foi dessa forma, inclusive na questão da sindicalização a gente teve lá os índices da nossa convenção coletiva né, a onde a gente tem um dia que você pode levar a equipe de sindicalização pra dentro da empresa e ela fazer uma sindicalização interna dentro da empresa e nesse período as duas pessoas que foram pra lá, as duas funcionárias ficaram lá o dia inteiro e não fizeram nenhuma sindicalização e aí a RH falou, “tá vendo Carlos eles não querem sindicalizar, mas sabe porque, porque aqui a gente tem um grêmio recreativo a gente tem a cesta básica muito boa, tem um plano de saúde maravilhoso inclusive a gente faz reuniões com as esposas aí as esposas sempre dão nota 10 por todos esses projetos que a gente coloca”

Pode-se dizer que novas estratégias de relacionamento com os trabalhadores foram cunhadas já a partir do nascedouro da nova unidade de produção. Parece evidente, por exemplo, quando se coloca a questão salarial, onde tenta-se ao máximo individualizar as relações, imprimindo hierarquias e funções na maioria das vezes pouco claras para o conjunto dos trabalhadores.

Só para completar em relação à pressão, como que a pressão é exercida existem alguns programas que visam implementar dentro da empresa de diálogo de segurança, que buscam com que o o trabalhador cumpra uma meta de produção, isso é expresso pra ele é, no início do turno muitas vezes ou até mesmo nesses fóruns de discussão que promovem. Isso leva os trabalhadores que a empresa está ganhando a consciência do trabalhador em algumas coisas como, por exemplo, tem um lema muito específico dentro da empresa que fala que “da minha máquina cuido eu” e isso torna-se um grupo de,de,de discussão dentro da própria equipe de tá cobrando um para com o outro né, , e também cria-se assim, um clima de competição de uma equipe de turno x para com um outro turno né, e tem também, tem alguns programas na empresa que é interessante a gente ressaltar que até porque em alguns lugares a gente têm ido e tem comentado a respeito o pessoal fica assim meio espantado que, por exemplo, existe a questão do Fórmula Um que quem é que chega na frente não só ligado a produção eles desenha, é claro que não pode ser tão claro, tão explícito, tem outras coisas ligadas à segurança mas a meta principal é o que é a produção”.

No caso brasileiro hoje a ThyssenKrupp ela controla e acho que no mundo, , mas ela controla toda a produção de auto peças pra todas as montadoras no país. Ou seja, no setor automobilístico não existe concorrência, porque, na verdade, toda a base, o setor de auto peças é fabricado pela Thyssen Krupp, ela tem Ibirité fabricando para FIAT, Santa Luzia e Campo Limpo fabricando pras outras montadoras, monta-se uma fábrica na Bahia para outras empresas, enfim, ela controla hoje um setor de auto peças, então aparentemente ela é a própria contradição do liberalismo. Porque na verdade, se ela nas relações, é isso que eu queria chegar, se nas relações sociais ela é liberal, no ponto de vista de mercado, de controle de mercado, ela não tem nada de liberal. Na verdade nós, mapeando as empresas adquiridas pela ThyssenKrupp no Brasil desde a fabricante de molas até a de virabrequim em Campo Limpo, ela praticamente controla todo o setor de auto peças hoje, e mantém os trabalhadores reféns, não dela Thyssen Krupp, mas das montadoras de automóveis. E mantém refém o governo nacional. O governo brasileiro, por exemplo, há alguns anos se vê na obrigação da redução de IPI de carro pra num gerar uma crise de emprego no setor, e emprego onde? Nas montadoras? Também, mas emprego na fabricação de autopeças. Ao mesmo tempo em que ela não se submete a regras ela impõem regras a esses governos. Impõem de forma direta, por

exemplo, a redução de impostos, o IPI do carro no Brasil há muito tempo vem sendo reduzido e mantém-se essa redução. Então a ThyssenKrupp, usando a figura de Peter Linebaugh é essa hidra de muitas cabeças, ao mesmo tempo que ela compra a produção ela exige do governo municipal, a infra estrutura de água, de asfalto, etc., pra ela produzir ali, exige do governo o sistema de transporte eficiente para os trabalhadores chegarem a fábrica, exige toda a infra estrutura que é investimento público. Ela privatizou a produção e o lucro, mas ela socializou a infra estrutura. Eu queria chegar no seguinte ponto, hoje esse modelo anuncia sua própria falência na Europa, através da crise européia que nós estamos assistindo. Por quê? Porque essas empresas globalizadas, como o senhor mesmo afirma, em outras ocasiões elas transferiram a sua produção para aqueles para a Índia, para a China, etc. Quando ela mantém os governos nacionais refém, esses governos, chegarão a um determinado momento que não conseguirão dar respostas às exigências dessas empresas. A crise que se anuncia na Europa a todo o momento é fruto da instabilidade dos últimos anos (desde 2008), a mim me parece que está cheirando a falência desse modelo.

Na mesma direção Alessandro Portelli (2011) analisa a situação da Europa: que o monopólio é a conclusão natural do liberalismo de mercado, a direção é sempre a esse *free market* que sempre termina com um ganhador. E esse é o caso da FIAT na Itália, e de todas as marcas de veículos na Itália, Lancia, Ferrari, Masseratti, Lamborghini, ALFA Romeu, são todas FIAT agora. Ela pretende que o Governo mude as relações industriais e as leis que regem os direitos sindicais, e há mais de meio século que ela é contra o transporte público. A FIAT tem a única fábrica de ônibus na Itália, que, na verdade, está fechada. Então, não há produção de transporte público na Itália, o único meio de transporte produzido é para transporte privado. Estou tentando dizer que o mercado termina na forma do monopólio, a mim me parece uma tendência quase inevitável do mercado liberal. Os Estados Unidos que têm leis que teoricamente não permitem a formação de monopólios, mas criam-se, assim mesmo, monopólios, cartéis entre dois ou três sujeitos que controlam algum tipo de mercado. Isto não me parece uma contradição. O fato é que as empresas monopolistas querem tomar o controle total sobre a força de trabalho”

Referencias bibliográficas.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNARDO, João. Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores. Ainda há lugar para os sindicatos?. São Paulo:Boitempo, 2000.

DE LA GARZA, Enrique (org.). El Futuro del Trabajo. El Trabajo del Futuro. Buenos Aires:CLACSO, 2001.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. Globalização em questão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

MARTINS, H.S; RAMALHO, J.R. Terceirização: Diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo:HUCITEC, 1994.

PORTELLI, Alessandro. “Terni em greve: 2004”. in BOSI, A. et alli (org) Mundos dos trabalhadores: lutas e projetos. Cascavel: Edunioeste, 2009.

PORTELLI, Alessandro; Dialogos sobre a Globalização; entrevista com Paulo Roberto de Almeida e Sergio Paulo Morais, Uberlandia , 2011, mimeo.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. 14ª ed., Rio de Janeiro:Record, 2007.